

Os fundamentos de mudança de modelos de formação de professores do ensino básico em Moçambique

Sandra Aurora Armindo Beca *

ORCID iD

<https://orcid.org/0009-0000-9908-2293>

RESUMO

O presente artigo aborda os fundamentos de mudança de modelos de formação de professores do ensino básico em Moçambique, sendo desenvolvido com a finalidade de identificar alguns modelos de formação de professores no ensino básico, usados em Moçambique desde a era colonial até ao modelo em vigor e verificar a influência dos mesmos, sobre o professor formado. O estudo analisa e discute sobre alguns modelos de formação implementados no ensino básico após a independência. Descreve igualmente, alguns fundamentos que ditaram o uso de cada modelo de formação de professores, como também as características e semelhanças entre os modelos apresentados neste estudo e os modelos propostos por Kincheloe. Para a fundamentação deste estudo seguiu-se uma metodologia de orientação qualitativa de natureza descritiva aliado a análise documental e bibliográfica baseada nos diversos autores e em alguns documentos oficiais que regem leis do sistema nacional da educação sobre o assunto. Depois da revisão da literatura, é feita uma reflexão sobre os fundamentos de mudança de cada modelo apresentado. A reflexão deste estudo foi possível perceber, que os diferentes modelos de formação de professores do ensino básico, podem influenciar na qualidade do ensino. Ao abordar sobre o tema espera-se um contributo na formação inicial dos professores do ensino básico.

PALAVRAS-CHAVE

Modelos; Formação; Professores

Masungulo ya ku txintxa timodeli ta ndzetelo wa vadyondzisi va dyondzo ya masungulo a Moçambhiki

NKOMISO

Atikili leyi yi langutana na masungulo ya ku cinca ka timodeli ta ndzetelo wa vadyondzisi eka dyondzo ya masungulo a Mozambique, leyi tumbuluxiwaka hi xikongomelo xo kuma timodeli tin'wana ta ndzetelo wa vadyondzisi eka dyondzo ya masungulo, leyi tirhisiwaka eMozambique ku sukela eka nguva ya vukoloni ku ya eka modele wa sweswi na ku tiyisisa nkucetelo wa tona eka mudyondzisi la leteriweke. Dyondzo yi xopaxopa no xopaxopa timodeli tin'wana ta ndzetelo leti tirhisiweke eka dyondzo ya masungulo endzhaku ka ku tiyimela. Yi tlhela yi hlamusela masungulo man'wana lama leriseke matirhiselo ya modele wun'wana na wun'wana wa ndzetelo wa vadyondzisi, xikan'we na swihlawulekisi na ku fana exikarhi ka timodeli leti nyikiweke eka ndzavisiso lowu na timodeli leti ringanyetiweke hi Kincheloe. Eka masungulo ya ndzavisiso lowu, ku landzeriwile endlelo ra ku kongomisa ka xiyimo xa muxaka wo hlamusela, leri hlanganisiweke na nxopaxopo wa matsalwa na

* Doutoranda na Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Educação, Maputo. Mestre em tradução de Inglês -Português vs verse na Universidade Pedagógica Maputo. Licenciada em ensino de Inglês pela Universidade Eduardo Mondlane. Professora da Escola Secundaria Francisco Manyanga. Moçambique. E-mail: sandra.beca1@gmail.com

bibliyografiki lowu simekiweke eka vatsari vo hlayanyana na le ka matsalwa man'wana ya ximfumo lama lawulaka milawu ya sisiteme ya rixaka ya dyondzo eka mhaka leyi. Endzhaku ko pfuxeta matsalwa, ku anakanyisisa hi masungulo ya ku cinca eka modele wun'wana na wun'wana lowu nyikeriweke. Ku kombisiwa ka ndzavisiso lowu swi endle leswaku swi koteka ku vona leswaku timodeli to hambana ta ndzetelo wa vadyondzisi wa dyondzo ya masungulo ti nga khumba khwalithi ya ku dyondzisa. Hi ku tshinelela dyondzo leyi, ku hoxa xandla ku languteriwile eka ndzetelo wo sungula wa vadyondzisi va dyondzo ya masungulo.

Marito ya nkoka

Swikombiso; Swa Ndzetelo; Vadyondzisi;

The rationale for changing teacher training models in basic education in Mozambique

ABSTRACT

The present article addresses the fundamentals of change of models of teacher training in basic education in Mozambique, being developed with the purpose of identifying some models of teacher training in basic education, used in Mozambique since the colonial era until the current model and verify their influence on the trained teacher. The study analyzes and discusses some training models implemented in basic education after independence. It also describes some of the fundamentals that dictated the use of each model of teacher training, as well as the characteristics and similarities between the models presented in this study and the models proposed by kincheloe. For the foundation of this study, a qualitative methodology of descriptive nature was followed allied to the documental and bibliographic analysis based on several authors and on some official documents that rule laws of the national system of education on the subject. After the literature review, a reflection is made about the fundamentals of change of each model presented. The reflection of this study made it possible to realize that the different models of basic education teacher training can influence the quality of education. By addressing the topic, it is expected to contribute to the initial training of elementary school teachers.

KEYWORDS

Models; Training; Teacher

Introdução

A formação de professores é um tema bastante importante no sector da educação na medida em que pode ser determinante no alcance de boa qualidade de ensino, desafiada a responder as exigências do mundo moderno. Ela é feita através de adopção de modelos considerados capazes de atender os desafios de cada momento da história de cada nação.

O estudo tem objectivo geral analisar alguns modelos de formação de professores implementados em Moçambique, desde o período colonial até o presente momento, e como específicos discutir os modelos de formação propostos por kincheloe¹ que irão

¹Joe L. Kincheloe é Professor e Presidente do Centro de Investigação na Faculdade de Educação na McGill University, Canadá. É um intelectual incontornável no campo da pedagogia crítica e tem oferecido ao campo

suportar a análise do desenrolar dos modelos operacionalizados, desde o período colonial. trata-se de uma pesquisa bibliográfica e recorreremos ao método de revisão da literatura, baseada em alguns documentos oficiais, leis do sistema nacional de educação e diversas obras que abordam sobre o tema em questão. para a melhor fundamentação deste estudo. Recorreu-se a metodologia de orientação qualitativa de natureza descritiva, e à análise documental.

Para melhor orientação, o artigo apresenta os seguintes subtítulos: primeiro, modelos de formação inicial do ensino básico, seguidos pelos modelos de formação segundo Kincheloe (1997). Em seguida é feita descrição de formação de professores antes e após da independência de Moçambique e é apresentado à posterior alguns modelos de formação de professores adoptados após a Independência, depois, o impacto das mudanças dos modelos de formação e por fim são feitas as considerações finais.

As sociedades modernas priorizam a formação como um factor fundamental para o desenvolvimento de um país, e Moçambique não está desassociado deste princípio. De acordo com o Boletim da República², em 1983 foi introduzido em Moçambique independente a Lei 4/83 de 23 de Março, que orienta o Sistema Nacional de Educação-SNE na qual a formação de professores foi destacada como um dos elementos canalizadores dos objectivos preconizados pelo Governo para a formação dos cidadãos como forma de responder às necessidades específicas da sociedade e a erradicação do analfabetismo. Esta Lei, foi revogada pela Lei 6/92 de 6 de Maio, cujo objectivo é formar o professor como educador e profissional consciente, com uma profunda preparação científica e pedagógica, capaz de educar os jovens e adultos³.

Segundo o Diploma ministerial nº 46/2008, de 14 de Maio, os professores devem ser formados como educadores e profissionais conscientes, com profunda preparação científica e pedagógica (art.º 3); e integral, assim como, a Estratégia de Formação de Professores (2004-2015) continua apoiando-se num discurso orientado para a melhoria da formação dos professores, e desenvolvimento profissional contínuo. A Lei nº 18/2018⁴, apresenta também como um dos seus objectivos a formação do professor como educador e profissional consciente com profunda preparação científica, pedagógica, ética, moral capaz de educar criança jovem adulto com valor de moçambicanidade. Com a implementação destes instrumentos, é de esperar um professor capaz de habilitar os seus

educacional das mais importantes abordagens. Escreve livros e artigos sobre pedagogia, metodologia da investigação, estudos urbanos, cognição, currículo e estudos culturais.

ⁱⁱ Decreto-Lei 4/83 de Março de 1983 art.4, I serie – número 12 alínea a), Boletim da República.

³ Decreto-Lei 6/92 de Maio de 1992 art.3, Série-número 19 alínea e) SNE.

⁴ De acordo com Boletim da República, 1 serie número 254 alínea g).

educandos e potenciar uma educação cada vez melhor para responder os desafios do desenvolvimento sócio-económico do país.

1. Modelos de formação inicial de professores do ensino básico

Segundo Agibo (2015), em Fevereiro de 2004, foi feita a reforma curricular no ensino básico, com o objectivo de dar vazão a crescente demanda pela educação primária em Moçambique. Assim sendo, para uma reflexão teórica e científica iremos analisar os modelos de formação inicial de professores, no horizonte temporal de 2004-2019. Pois, neste período foi marcado por reforma curricular da educação e formação inicial massiva dos professores de ensino básico nos diferentes modelos, a destacar os seguintes: de 1998-2007, esteve em vigor o modelo de formação de professores 10^a +2 anos; em 2008 vigorou o modelo 10^a + 1 ano, em 2012 foi introduzido o modelo 10^a + 3 anos. No ano de 2018, através do Diploma Ministerial (2018) art. 2 em 2018, foi aprovado um outro modelo, 12^a +3 anos que entrou em vigor em 2019.

Considerando a experiência acumulada dos modelos nos IFPs, o estudo faz uma análise para contribuir na melhoria dos professores do ensino básico. De modo específico pretende-se: (i) Identificar alguns modelos de formação de professores do ensino básico em Moçambique desde o período colonial; (ii) Apresentar os fundamentos de adopção de cada modelo de formação de professores; (iii) Descrever os aspectos comuns destes modelos com os modelos propostos por Kincheloe (1997).

A formação de professores implica a adopção de saberes que possibilitam desenvolver a sua profissão. Este acto não é definitivo de acordo com Viegas (2009). Dito por outras palavras e de acordo com o autor, a formação de professores tem princípio, mas, não tem fim. O autor acrescenta que a formação pode ser inicial ou continuada sendo que a primeira é condição para que o professor possa ingressar na profissão. Para Borges (2010), a formação inicial é aquela que habilita em termos profissionais a inserção do professor na docência, através da titulação legal e diz respeito a aquisição do título e inserção na docência. A autora afirma que esta fase estabelece o marco da identidade da profissão. A segunda decorre ao longo do trabalho. Esta formação tem a ver com as actividades formativas ao longo do tempo e participação em eventos como: congressos, colóquios, seminários, cursos promovidos pelas universidades, sindicatos, etc. (Idem)

2.Os modelos de formação segundo Kincheloe

Antes de uma abordagem dos Modelos de Formação em Moçambique, importa apresentar os modelos de formação proposto por Kincheloe (1997). De referir que existem outras propostas de modelos, mas, para este artigo baseamo-nos neste autor. Ele apresenta 4 modelos identificados na formação de professores a saber: o behaviorístico, o personalístico, o artesanal profissional e o orientado para a pesquisa.

a) Modelo behaviorístico

Este modelo ou concepção, tem fundamentos epistemológicos do cientificismo cartesiano e na behaviorista. Ele busca a produtividade através de posturas economicistas. Neste modelo o professor é visto como um executor de tarefas. A produção do conhecimento de acordo com Viega (2009), é dada aos especialistas, criando uma dicotomia entre a teoria e a prática, além do parcelamento do fazer pedagógico. O professor deve adaptar-se ao trabalho educativo que é a aplicação de técnicas. Assim, os programas de formação estão virados à criação do que se considera receitas, prontas para o professor usar na sala de aulas, feitas de forma universal, ignorando os contextos escolares locais. Por causa do seu carácter, que coloca o professor apenas como um executor, não abre espaço para o professor compreender a realidade concreta, local e global de onde a sua prática pedagógica está inserida. Neste modelo, a preocupação é a dimensão técnica e o professor é ensinado a regras e princípios rígidos acerca do ensino.

b) Modelo personalístico

O foco deste modelo centra-se no processo formativo do indivíduo e no domínio do conhecimento da própria personalidade do professor. Tal como Kincheloe (1997) secunda que a formação do professor é dada pelo processo de maturação ou desenvolvimento, e não pelo processo de instrução ou ensinar o professor a ensinar como acontece no modelo behaviorista em que é dado em forma de receita. Neste modelo, o que importa é a auto-realização do indivíduo e seu crescimento como pessoa. Neste modelo, há crença de que o homem é por natureza bom e orientado para o crescimento. Neste prisma, o professor pode ser melhorado através de uma formação continuada, daí os cursos de aperfeiçoamento. A formação de professores é vista como forma de completá-lo e de torná-lo perfeito. Este modelo acredita que se o homem for bem orientado e formado, torna-se automaticamente perfeito uma vez que nasce com condições para atingir esse patamar.

c) Modelo de artesanato tradicional

O modelo de artesanato tradicional encara os professores como artesãos semi-profissionais que adquirem competência por meio de um aprendizado. Este modelo de acordo com Kincheloe (1997), valoriza a prática docente como fonte de conhecimento, razão de se considerar artesanal. O modelo de artesanato tradicional vê a formação do professor como uma adaptação na sociedade e não como um aspecto que pode transformá-lo.

d) Modelo orientado para a pesquisa

Este modelo, considera as habilidades técnicas como meios e não fins do ensino. No que diz respeito à formação do professor, esta concepção vê a formação como uma possibilidade de aquisição da consciência política. A formação de professores consiste em formar profissionais para a pesquisa.

Analisando os quatro modelos, não se encontram pontos de convergência no que se considera ser a formação de professores, sendo que cada modelo apresenta diferenças em relação ao outro, senão vejamos: no Modelo Behaviorista, a formação está virada à criação de receitas que irão conduzir a actividade do professor na sala de aulas. Por outras palavras, não se evidencia o carácter criativo do mesmo. O Modelo Personalista, assume a formação como um processo de maturação. Já no modelo artesanal tradicional, a formação é por adaptação na sociedade e no Modelo Orientado para a Pesquisa, a formação é dirigida ao alcance de uma consciência política e o professor é formado para a pesquisa.

3. Formação de professores antes e depois da independência

A estrutura da sociedade está em constante mudança, sobretudo na área laboral, devido ao aparecimento de novas tecnologias. Estas mudanças afectam o tecido social como também o sector da educação. Moçambique não escapando desta realidade global, busca formas de garantir uma qualidade de ensino por forma a construir uma cidadania à altura de novos desafios. É desta forma segundo Agibo (2017) que surge a necessidade de repensar no processo de formação inicial de professores. O processo de formação de professores pode ser analisado em duas fases, sendo antes e depois da independência.

Antes da independência ou período colonial, de acordo com Niquice (2006) existiam dois tipos de escolas de formação de professores nomeadamente: Habilitação de Professores e Magistério Primários. A escola de habilitação de professores em 1930 tinha

a finalidade de formar professores de ensino primário rudimentar. Os professores formados podiam ser colocados em escolas oficiais, particulares ou em missões religiosas.

Os Magistérios Primários de 1962 a 1966, formavam professores para o ensino primário, habilitados e autorizados a ensinar os filhos dos colonos. Os candidatos deviam possuir a 4ª Classe e a formação durava 3 anos. A formação para o ensino missionário era feita em Alvor e Magude na Província de Maputo; Homíne na Província de Inhambane; Dondo na Província de Sofala; Boroma na Província de Tete; Quelimane e Alto Molócué na Zambézia; Marere na Província de Nampula; São Pedro de Chúre e Vila Cabra no Niassa, de acordo com Robate (2006). O professor com esta formação podia ensinar as crianças europeias e assimilados, (Idem).

De acordo com Gómez (1999) o sistema de educação colonial estava organizado em dois subsistemas de ensino nomeadamente: ensino oficial e ensino rudimentar. O ensino oficial estava destinado aos filhos dos colonos e assimilados e era dependente do governo colonial e o rudimentar estava destinado aos africanos considerados indígenas e era dirigido pelas missões. A maior parte do ensino primário rudimentar se desenvolvia nas zonas rurais, em escolas das missões, controladas pela igreja. Este ensino visava tornar o africano assimilado, mas, para tal, devia provar que falava fluentemente a língua portuguesa e que tinha boas condições de vida para si e sua família. Mais do que isto, devia provar que tem qualidades de um cidadão português através da ruptura da sua cultura e tradição. Esta ruptura fazia com que o *indígena* fizesse uma passagem da sua *vida selvagem* à vida civilizada no entendimento do colono.

Os assimilados eram os indivíduos que conseguiram demonstrar à administração colonial portuguesa que tinham alcançado um nível de evolução social que lhes permitia transitar da condição de “indígena” para a de “civilizado”, o que lhes garantia acesso à cidadania, comprovada pela posse de um documento, conferida pelo Governo Português.

Portanto, o sistema de ensino em Moçambique nesse período pode se apelidar em dois grupos, a educação para os privilegiados e os discriminados, onde estes aprendiam apenas a saber ler e escrever para o benefício dos colonizadores e o limite da sua escolarização era 4ª classe. Os outros aprendiam para ter visão mais ampla sobre a vida e para melhor dominar os nativos.

Este tipo de ensino e outros aspectos da vida da sociedade, criou descontentamento no seio do povo nativo. Assim, Moçambique viu-se obrigado a alterar o Sistema Nacional de Educação após a independência, de modo a garantir uma educação

abrangente que garantisse oportunidade de ingresso a todos sem discriminação. Esta visão de acordo com Mazula (1995), a educação em Moçambique passa a ter uma característica universal de desenvolvimento.

4. Alguns modelos de formação de professores adoptados após a independência

Como forma de mudar o sistema voltado às minorias para uma educação virada à maioria, verifica-se que para além de se criar Centros de Formação de Professores Primários-CFPP, criou-se também alguns instrumentos que sustentam e legitimam a pertinência de formação dos professores como a Lei 4/83, Lei nº 6/92, Lei nº 18/2018 do Sistema Nacional de Educação, o Plano Curricular do Instituto de Magistério Primário (1998), o Plano Estratégico da Educação e Cultura 2006-2011, o Plano Curricular de Formação de Professores 2011, a Estratégia para a Formação de Professores 2004-2015 o Plano Estratégico da Educação 2012-2016, o plano curricular do curso de Formação de Professores do Ensino Primário e Educadores de Adultos (2019).

Desde a aprovação das leis⁵ tem se verificado vários modelos de formação de professores do ensino básico. Niquice (2006) aponta os seguintes modelos vigentes em Moçambique depois da independência: Modelo de formação de professores 6^a + 1 ano; Modelo de formação de professores 6^a/7^a + 3 anos; Modelo de formação de professores 7^a + 2 + 1 anos/o; Modelo de formação de professores 10^a + 1 + 1 ano; Modelo de formação de professores 10^a + 1 ano e formação de professores 10^a + 2 anos. Em 2012 de acordo com Agibo (2015) foi introduzido o modelo 10^a + 3 anos. Recentemente, segundo o Diploma Ministerial (2018) art. 2 em 2018, foi aprovado o modelo, 12^a +3 anos que entrou em vigor em 2019. Espera-se que com a mudança ou introdução de novos modelos de formação do ensino básico no sistema nacional de educação seja para alavancar e melhorar o ensino e aprendizagem.

4.1. Modelo de formação de professores 6^a + 1 ano

Depois da independência, no país tinha falta de profissionais qualificados em diferentes áreas. Desta forma, foi adoptado um modelo que pudesse dar resposta as necessidades do País. Para tal, recorreu-se em alunos que tivessem concluído a 6^a Classe para se formarem no modelo 6^a + 1 e mais tarde 6^a+3 anos, foi introduzido no mesmo ano da aprovação da Lei 4/83 que estabeleceu o 1^o quadro jurídico-legal do

⁵ Lei 4/83 de 23 de Março, revogada pela Lei 6/92 de 6 de Maio actualmente a Lei nº 18/2018.

sector de educação em Moçambique. Este, consistia na formação rápida de professores num curto período para o alcance dos seguintes objectivos:

(a) Preparar futuros professores de modo a que adquiram conhecimentos sócio políticos que os levassem a compreender e a praticar a linha da política da Frelimo para além de actuarem como professores;

(b) Adquirir conhecimentos básicos científicos e técnicos que garantissem a melhoria da qualidade de ensino por via de conhecimentos psicopedagógicos, didáticos e de formação geral;

(c) Adquirir conhecimentos psicopedagógicos básicos e necessários ao desenvolvimento da capacidade de responder à todas situações que se apresentassem na actividade docente;

(d) Desenvolver a consciência crítica, a imaginação, a criatividade e o espírito de inovação;

(e) Saber inserir a escola na comunidade.

No final desta formação de curta duração, pressupunha-se o professor formado nas escolas para garantir que a educação fosse abrangente.

4.2. Modelo de formação de professores 6^a/7^a + 3 anos

O modelo 6^a/7^a +3 foi introduzido pelo Ministério da Educação em 1988, ano em que o ensino primário era de 6 passou para 7 classes no ano seguinte e daí a designação 6^a/7^a + 3 anos. Especificamente, o modelo 7^a+3 foi introduzido um ano depois da aprovação da nova Constituição da República de Moçambique de 1990. Era implementado nos Centros de Formação de Professores. Os graduados deste curso assumiriam a missão de implementar o novo currículo de ensino instituído pela Lei 6/92, que atualiza o SNE. Comparado com o modelo 6^a +3 anos, este apresentava a componente formação geral com vista a elevar o nível de conhecimentos científicos do futuro professor e o seu desempenho profissional e o estágio passou a decorrer em nove semanas do 3^o ano. Este modelo tinha os seguintes objetivos:

a) Aplicar de forma criativa os princípios da política educacional vigente em Moçambique;

b) Aplicar modelos, métodos e técnicas adequadas ao ensino e aprendizagem;

c) Utilizar corretamente as técnicas de comunicação;

d) Avaliar o processo de ensino e aprendizagem.

Depois da formação neste modelo, esperava-se um professor com o seguinte perfil:

- a) Capaz de compreender o mundo infantil e estabelecer as relações com os seus educandos;
- b) Desenvolver nos alunos da concepção dialético-materialista do mundo e a formação integral da sua personalidade;
- c) Ter uma capacidade de realizar o seu trabalho com criatividade, aspirando sempre o aperfeiçoamento dos seus conhecimentos, capacidades e habilidades.
- d) o ponto mais forte deste modelo foi a duração do curso, o estágio e as práticas pedagógicas, sem deixar de lado a componente da formação geral.

4.3. Modelo de formação de professores 7^a + 2 + 1 anos/o

O modelo de formação de professores 7^a + 2+ 1 foi desenhado pelo INDE6 e implementado pelo projeto OSUWELA, com um período de formação de dois anos e um ano de estágio. Este modelo surge da transformação curricular feita do modelo de 7^a +3 anos entre (1997-2003). Surgiu com duas finalidades: (1) para fazer face à necessidade de contato prolongado com a realidade prática de ensino através do estágio profissional por um ano e, (2) para dar cobertura a constante procura de professores, pois com a expansão da rede escolar o Ministério de Educação era obrigado a contratar sujeitos sem a componente psicopedagógica (Mugime et al. 2019).

4.4. Modelo de formação de professores 10^a + 1 + 1ano

O modelo de formação de professores 10^a +1+1 funcionou como variante do modelo 10^a + 2 anos, que surgiu com a necessidade de se formar mais professores primários, em curto espaço de tempo, mas, não se perdendo de vista a qualidade que os mesmos deviam ter. Segundo Golias (1993) no fim do curso, os graduados recebiam um diploma que lhe conferia a habilitação de professor do ensino primário, na vertente de comunicação e expressão ou matemática e tecnologia. Tratou-se de um modelo piloto, que funcionou em regime experimental em Chibututuine, na Província de Maputo e em Nampula.

4.5. Modelo de formação de professores 10^a + 1 ano

Segundo Golias (1993) Depois de mais uma vez se constatar que a qualidade de formação inicial do professor é essencial para boa qualidade de ensino, o sector da

⁶ Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação

educação introduziu os cursos de curta duração como 10^a + 1ano para reduzir a proporção de professores não formados no ensino público.

4.6. Formação de professores 10^a + 2 anos

O modelo de formação 10^a + 2 vigorou no período de 1998 a 2007 e coexistiu com o modelo de 7^a + 3. Este modelo de formação de acordo com o autor supracitado, tinha 966 horas, dos quais 60,6% destinavam-se à formação profissional e 39,4%, à formação geral. O professor candidato a esta formação era submetido a um exame de admissão, no qual, devia ter uma média igual ou superior a dez valores na nota classificativa, (idem).

De acordo com Rupia Jr (2020), a formação de professores em Moçambique caracteriza-se actualmente por:

a) Diversos modelos de formação de professores e falta de consenso sobre as características de uma realização adequada de cursos e o currículo de formação de professores está desatualizado e necessita de revisão para corresponder à transformação curricular no ensino básico;

b) Os cursos são realizados de uma forma extremamente prescritiva, com uma prática geralmente centrada no professor e não no aluno, e os estudantes não são suficientemente encorajados a reflectir sobre a prática;

c) Os formadores de professores têm, muitas vezes, falta de preparação e experiência, especialmente em prática de ensino básico contemporâneo;

d) As instituições de formação de professores têm, muitas vezes, falta de recursos de ensino e aprendizagem apropriados.

5. Impacto das mudanças dos modelos de formação

Para melhor alcance dos objectivos traçados e uma educação nobre, o professor formado deve estar consciente da responsabilidade que tem e é necessário que esteja apto e bem preparado na sua formação para responder os desafios que lhe são sujeito. Para tal, uma atenção especial na sua formação lhe é devida, pois é visto como dono do saber e um orientador do aluno capaz de fazê-lo chegar ao conhecimento e um profissional transformador de uma sociedade que contribui para desenvolvimento de um país.

Pode-se considerar que um dos desafios é a melhoria do desempenho escolar, especialmente na leitura, na escrita e na contagem. A diferença dos modelos em que o professor é formado pode causar no ensino um desnível no domínio dos conteúdos e o

despreparo de alguns professores. Timbane (2015), destaca que o despreparo dos professores, observado na sua prática docente, pode estar associado ao período de formação em que estes são submetidos, como também a falta de capacidade e conhecimento sólidos dos candidatos nas classes antecedentes, em particular no término da 10ª classe⁷. Entende-se que a FIP do ensino básico é fundamental, considerando que as classes subsequentes dependem das classes iniciais para se ter um aluno com capacidades e habilidades esperados.

Em entrevista cedida a *Open Edition* (2019)⁸, no debate sobre “desafios da formação dos professores em Moçambique” Segundo Langa (2019),⁹ um dos professores de zona centro, sublinhou que “a formação dos professores está sendo muito lacunosa, dado que os formadores são forçados a ter 100% de aproveitamento pedagógico...”. Na mesma linha de análise, uma avaliação feita pelo Banco Mundial (2015) evidenciou que, a qualidade da prestação de serviços no ensino básico fica aquém do nível desejável, pois, muitos professores primários não possuem conhecimentos básicos e habilidades para ensinar.

Aos problemas acima arrolados, por um lado podem aliar-se a percentagem baixa do aproveitamento pedagógico dos alunos nas classes iniciais cuja capacidade de leitura a nível nacional era de 6,3% em 2013, tendo reduzido para 4,9% em 2016, INDE (2017); UNESCO Moçambique (2017) aponta como uma das causas a má prestação dos professores em sala de aulas, o que pode estar relacionado com deficiências em suas formações. Esta situação indicia a existência da “crise de ensino-aprendizagem”. Por outro, com a introdução de alguns modelos como 10+1; 12+1ano conseguiu-se assegurar que muitas escolas primárias tivessem acesso ao professor formado, mas, que as dificuldades do aluno em assimilar as lições tendem a aumentar.

Segundo Avaliação do Plano Estratégico para a Educação e Cultura (2006-2010/11), a percentagem de professores sem formação diminuiu de 44% para 26%, todavia a prática docente considera-se questionável. Interessa-nos perceber os ganhos que se obtém com a formação inicial de professores nos diferentes modelos, pois de acordo com o inquérito do Banco Mundial-BM (2014) e UNICEF (2016), 1% dos professores do ensino básico tinham conhecimento mínimo esperado e apenas um, em cada quatro professores conseguiam fazer uma subtração de quatro dígitos. MINEDH

⁷ Concebido e introduzido pelo Governo de Moçambique nos Institutos de Formação de Professores, o modelo 10ª + 1 ano.

⁸ <http://books.openedition.org/cei/1177>>.ISBN: cessado em 29.08.22 as 16h

(2019), considera o nível de conhecimento dos professores muito baixo para a responsabilidade que têm. Apesar de mudanças dos modelos de formação, acumulação de experiência de formação nos centros de formação inicial, pode perceber-se que a qualidade do professor e do aluno formado no ensino básico tende a deteriorar-se. Em suma podemos considerar como impacto das mudanças dos modelos de formação inicial:

- a) Alargamento da base de professores formado em muitas escolas primárias;
- b) Registo considerável de alunos com dificuldades em assimilar as lições;
- c) Registo de alguns professores do ensino básico com dificuldades de fazer subtração de 4 dígitos;
- d) Como bússola para despertar a necessidade de avaliar os diferentes modelos implementados em Moçambique.

Considerações finais

Em termos de reflexões sobre os modelos de formação do ensino básica entendemos que estes sofreram sempre mudanças desde a independência nacional até aos nossos dias. Os desafios centram-se na qualidade de ensino e na formação de profissionais habilitados para responder desafios que lhes são sujeitos. No período colonial, a formação de professores era dividida em formação de Habilitação de Professores nos Magistério Primários para responder interesses coloniais. Com o país independente, houve a necessidade de garantir educação para todos, apostando na formação de professores em massa.

As alterações na educação foram introduzidas com a aprovação da Lei 4/83 (Lei do SNE). Esta Lei visava a erradicação do analfabetismo; a introdução da escolaridade obrigatória; a formação de quadros para as necessidades do desenvolvimento económico e social e da investigação científica, tecnológica e cultural. Em 1992, a Lei 4/83 foi revogada e entrou em vigor a Lei 6/92 que preconiza a formação de professores de modo a conferir uma formação científica sólida, psicopedagógica e metodológica para educar e formar jovens e adultos. As leis foram criadas em função da situação sociopolítica e materializadas em modelos de formação.

Uma das razões da criação do modelo de formação 6^a +1 ano foi para responder a falta de profissionais no ensino. O modelo 6^a/7^a +3 anos consolidou o anterior introduzindo o estágio de formandos. O modelo 7^a +2 +1 anos privilegia o tempo de formação e o estágio passa a ser feito nas zonas de origem dos formandos. Na

sequência, o modelo 10^a +1+1 anos tinha também como objectivo aumentar o número de professores em curto espaço de tempo, pois, essa era a preocupação no momento. O modelo 10^a+1 ano surge no período em que haviam professores sem formação, teve intenção de adoptá-los de psicopedagogia de ensino. O modelo 10^a +2 aplica parte de seu tempo de formação para uma formação profissional e o resto dos modelos para a formação geral.

Analisando os modelos de formação propostos por Kincheloe, observa-se algumas semelhanças nas características dos modelos apresentados. O modelo 6^a/7^a + 3 introduz o estágio e práticas pedagógicas, encontrando um paralelismo com o modelo artesanal que valoriza a prática docente como fonte de conhecimento. O estágio possibilita a transformação do formando através da adaptação. Esta valorização da prática observa-se também no modelo 7^a + 2+1anos do período de formação que é dedicado à formação profissional. A formação profissional estimula o professor na execução de tarefas, alimentando a dimensão técnica defendida no modelo behaviorista.

O modelo personalístico foi observado na formação 10^a+1ano, desenhado para a formação psicopedagógica, que se preocupa em capacitar o professor através da formação contínua. Quando analisamos os diferentes modelos e a política de formação de professores, desde o período colonial até então, foi também possível perceber, que os diferentes modelos de formação dos professores do ensino básico, influenciam no ensino.

Quanto à reforma curricular do ensino básico de 2004, os alunos formados nesse período caracterizam-se por dificuldades na leitura e escrita. Percebe-se que o professor também sofre consequências como os alunos, pois, ele também antes da formação como professor foi aluno, abrangido com currículo que visa passagens semi-automáticas. Além disso, este aluno na sua formação docente deparou ainda com alguns modelos que visavam apenas suprir a crescente demanda pela educação primária; aumentar o número de professores em curto tempo e sem observar os pormenores do professor formado, provocando dessa forma uma crise na educação.

Referências

AGIBO, Júlio Miguel. *Formação de professores para o ensino básico em Moçambique: análise do modelo de formação 10^a+1 ano. Caso dos institutos de formação de professores da província de Nampula (2007-2016)*. 121p. (Dissertação de pós-graduação em educação na Faculdade de Filosofia) universidade estadual paulista “Júlio de Mesquita filho”, 2017.

AVALIAÇÃO do Plano Estratégico de Educação e Cultura (2006 – 2010/11). *Fazer da escola um polo de desenvolvimento consolidando Moçambicanidade*. Maputo.

BANCO MUNDIAL, Relatório nº. 22841-BR. Brasil – Desenvolvimento na Primeira Infância: *Foco sobre o Impacto das Pré-Escolas*. Departamento de Desenvolvimento Humano. Moçambique. Unidade de Gerenciamento do País – Região da América Latina e Caribe – Documento do Banco Mundial. Washington, DC.2015.

BORGES, Lívia. *Um currículo para a formação de professores*. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro e SILVA, Edileuza Fernandes da (orgs.). *A escola mudou. Que mude a formação de professores!* Campinas, SP: Papirus, 2010, p. 35-60

ESTRATÉGIA para Formação de Professores. *Proposta de Políticas*. Ministério da Educação. Direcção Nacional de Formação de Professores e Técnicos de Educação. Maputo. 2004 – 2015.

GOLIAS, Manuel. *Sistemas de ensino em Moçambique: passado e presente*. Maputo: editora escolar, 1993.

INDE. *Relatório do Diagnóstico aos CFPPs*. Maputo INDE/DFP (2017).

KINCHELOE, Joe Lyons. *A formação do professor como compromisso político: mapeando o pós-moderno*. Trad. Nize Maria Campos Pellnada. Porto Alegre: artes Médicas, 1997.

LANGA, Elsa, Maria. *Desafios da formação dos professores em Moçambique*. Centro De Estudo Internacionais, 2019.

MAZULA, Brazão. *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985*. Porto: *Afrontamento e fundo bibliográfico de língua portuguesa*, 1995.

MOÇAMBIQUE. Ministério da educação e cultura, *Boletim da República* I série diploma ministerial nr 46/2008.

MOÇAMBIQUE. *Lei no 18/2018 de 28 de dezembro*. Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação na República de Moçambique, 2018.

MOÇAMBIQUE. LEI nº 4/83 de 23 de Março de 1983 que aprova a Lei do *Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais na sua aplicação*. Publicada no Boletim da República, II SÉRIE-Número 12. Maputo, Assembleia Popular.

MOÇAMBIQUE. *Lei nº 4/83 de 23 de março de 1983*. Aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais na sua aplicação. Publicada no Boletim da República, II SÉRIE- Número 12.1983.

MOÇAMBIQUE/MINEDH. *Plano Estratégico de Educação. 20a Reunião anual de revisão: Desempenho do sector da educação*. Maputo: 2019.

MUGIME, Santa Miguel Júlio; MAPEZUANE, Mahalambé Feliciano; COSSA, José, & LEITE, Carlinda. *Estudos sobre formação inicial de professores em Moçambique e sua relação com as políticas de formação de professores (2012-2017)*. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 27 (149), 2019.

NIQUICE, Adriano Fanicela. *Formação de professores primários: construção do currículo*. Maputo, Texto Editores, 2006.

ROBATE, Simão Artur. *Currículo de formação de professores primários na disciplina de língua portuguesa em Moçambique: um repensar de seus fundamentos teóricos*. São Paulo, Piracicaba 2006.

RUPIA, Júnior Bento. *Formação de Professores no Magistério Primário*, Maputo. 2020.

TIMBANE, Alexandre, António. *A variação e a mudança lexical da Língua Portuguesa em Moçambique*. 2013. 318f. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, SP. 2015.

UNESCO Mozambique. *Education Policy Review: Paving the Way for SDG- Education 2030*. UNESCO, Paris. 2019.

UNICEF. *Pobreza Infantil e Disparidades em Moçambique*. Maputo: UNICEF Publicações. (2016).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *A aventura de formar professores*. Campinas, SP: Papirus, 2009.



Recebido em: 01/05/2023

Aceito em: 17/06/2023

Para citar este texto (ABNT): BECA, Sandra Aurora Armindo. Os fundamentos de mudança de modelos de formação de professores do ensino básico em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº2, p. 286-301, jul./dez. 2023.

Para citar este texto (APA): Beca, Sandra Aurora Armindo. (jul./dez.2023). Os fundamentos de mudança de modelos de formação de professores do ensino básico em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (2): 286-301.